



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141415 - MG (2021/0011940-2)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : JOSE RIVALDO FERREIRA CAVALCANTE (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSE RIVALDO FERREIRA CAVALCANTE contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.576419-4/000).

O recorrente foi preso em flagrante no dia 4/11/2020, custódia que foi convertida em preventiva, pela suposta prática do crime de roubo.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi denegada.

Sustenta o insurgente inexistir motivação contemporânea e idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura com ou sem a imposição de cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista que os fundamentos que motivaram a manutenção da prisão do recorrente, mostram-se *a priori* concretos, explicitando o colegiado recorrido que *"a prisão preventiva se encontra fundamentada em dados concretos do processo, considerando que o paciente subtraiu, mediante concurso de agentes e emprego de uma faca, bens pertencentes à vítima. As circunstâncias do presente caso e o modus operandi da ação do impetrante aponta para o periculum libertatis, o que basta para autorizar a prisão provisória do paciente com base na ordem pública"*.(fl. 168)

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência